

## **Mas Collor já se prepara para fazer vetos**

O destino da nova política salarial começa a ser decidido pelo presidente Fernando Collor provavelmente em janeiro: ele tem 15 dias úteis para sancionar o projeto ou vetá-lo em parte, bastando para isso considerá-lo "contrário ao interesse público". Neste caso, a nova política salarial só entraria em vigor se a maioria absoluta dos 503 deputados e 81 senadores derribasse o veto. Embora assinalando não ter analisado o projeto em detalhes, a ministra da Economia disse vê-lo com preocupação.

A política salarial em vigor desde maio já não existe mais, mas os líderes governistas acenam com a possibilidade de o governo voltar à livre negociação e às regras de reposição de perdas salariais rejeitadas ontem através de uma nova medida provisória. Ela poderia ser editada após o encerramento da atual sessão legislativa.

Como a Justiça trabalhista entra em recesso este mês e só volta a funcionar em fevereiro, não haveria necessidade de o governo lançar uma nova política imediatamente, o que também forçaria a convocação extraordinária do Congresso nas férias. O único risco para o Plano Collor seria o livre julgamento de dissídios sem a existência de regras para a reposição de perdas salariais. Os tribu-

nais poderiam conceder, por exemplo, os índices de inflação apurados em março e abril — respectivamente de 84,32% e 44,7%.

Neste episódio, o governo tinha duas opções, além da aprovação do projeto do deputado Tidei de Lima, com o abono incluído. Uma seria esvaziar o plenário e deixar de votar a MP 273, o que obrigaria a reedição da medida no final do mês e a imediata convocação extraordinária do Congresso. A outra opção seria o confronto e a conseqüente derrota no plenário, já que as lideranças governistas não computavam o número de votos necessário para a manutenção da atual política salarial.

Evitando o confronto no plenário, os governistas já contavam que o projeto seria vetado pelo Palácio do Planalto. "Deixaremos para o presidente a segunda parte do exame da matéria", adiantava o líder Humberto Souto (PFL-MG). A expectativa dos partidos oposicionistas, de que o projeto aprovado ontem mobilize as centrais sindicais, estava baseada em parte no comportamento das galerias, apinhadas de sindicalistas durante a votação. "Se Collor vetar, o Brasil vai parar", era o grito nas galerias do plenário da Câmara.